



CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO (CTIG)
Ata da 56ª reunião, realizada em 20 de outubro de 2017

1 Em 20 de outubro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica de
2 Instrumentos de Gestão (CTIG) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
3 (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
4 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros
5 titulares e suplentes: a presidente Irany Maria de Lourdes Braga, do Instituto
6 Brasileiro de Mineração (Ibram). Representantes dos usuários de recursos
7 hídricos. Elbert Figueira Araújo Santos, da Agência Reguladora de Serviços de
8 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
9 (Arsae); Rander Abrão Tostes, da Companhia Energética de Minas Gerais
10 (Cemig); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária
11 do Estado de Minas Gerais (Faemg); Odorico Pereira de Araújo, da Federação
12 das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); João Carlos de Melo, do
13 Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Thiago Salles de Carvalho, da
14 Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Leonardo
15 Guimarães Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes de entidades
16 da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos. Antônio Giacomini Ribeiro, da
17 Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Patrícia
18 Generoso Thomaz Guerra, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês
19 de Bacias Hidrográficas (Fonasc); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho
20 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Carlos
21 Alberto de Freitas, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas);
22 Flávio Pimenta de Figueiredo, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da
23 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Assuntos em pauta. 1)**
24 **ABERTURA.** O presidente ad hoc Carlos Alberto Santos Oliveira declarou
25 aberta a 56ª reunião da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão. **2)**
26 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Antônio Giacomini
27 Ribeiro: “Nós fizemos uma reunião do Conselho na semana passada, no dia 16,
28 e foi deliberado que viria para a CTIG o projeto que estava em pauta. Nós já
29 tínhamos esta reunião marcada e recebemos outra (convocação) para a terça-
30 feira que vem. Foi muito ruim para nós que viemos de longe, inclusive, com
31 despesa do Estado e pessoal, além do tempo, pois deixamos afazeres e tudo.
32 Poderíamos ter adiado esta reunião de hoje para a próxima terça-feira, e
33 faríamos tudo. Só para registrar e pedir à direção para tomar mais cuidado e
34 haver mais um planejamento global da situação.” **3) PROCESSO**
35 **ADMINISTRATIVO DE OUTORGA DE GRANDE PORTE PARA EXAME E**
36 **DELIBERAÇÃO. 3.1) EPO Empreendimentos Participações e Obras Ltda.**

37 **Nova Lima/MG. Processo de outorga nº 03206/2009. Canalização do**
38 **córrego estrangulado para fins de urbanização. Apresentação: IGAM.**
39 Outorga concedida por maioria nos termos do parecer técnico do IGAM. A
40 Presidência registrou votos contrários dos conselheiros representantes do
41 Fonasc e da UFMG e abstenção do conselheiro representante da Angá. A
42 Presidência indicou a conselheira Rayssa Cordeiro Figueiredo para relatar o
43 processo na reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
44 Antes da votação da outorga, a Presidência submeteu à votação da CTIG a
45 proposta apresentada pela conselheira Patrícia Generoso Thomaz Guerra para
46 que o processo fosse baixado em diligência com o objetivo de serem prestados
47 ao Comitê da Bacia do Rio das Velhas os esclarecimentos solicitados ao
48 empreendedor por aquele colegiado. A proposta de baixa em diligência foi
49 rejeitada por maioria. A Presidência registrou dois votos favoráveis à baixa em
50 diligência: dos conselheiros representantes do Fonasc e da UFMG. Transcrição
51 solicitada pela conselheira representante do Fonasc. Conselheiro Flávio
52 Pimenta de Figueiredo: “Eu só tenho essa dúvida: ‘Cabe esclarecer que o
53 Instituto Mineiro de Gestão das Águas não possui responsabilidade técnica
54 sobre os projetos do sistema de controle de enchentes liberados para
55 implantação, sendo a execução, a operação e comprovação de eficiência de
56 inteira responsabilidade da própria empresa’.” Thiago Figueiredo Santana,
57 gerente de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Hídricos/IGAM: “Um
58 esclarecimento simples sobre isso é que drenagem pluvial é o maior fator que
59 acarreta problemas de enchentes, e o Estado de Minas não outorga drenagem
60 pluvial analogamente. Quem faz drenagem de outorga pluvial são um Estado e
61 um Distrito no Brasil, que são os maiores agravadores de enchentes, que são o
62 Rio Grande do Sul e o Distrito Federal. Nós avaliamos a estrutura perante a
63 condição atual, pelas informações hidráulicas da operação. A enchente ocorre
64 não só pela estrutura. Há fatores externos, que aí nós não temos
65 responsabilidade.” Conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo: “Mas à frente fala
66 da vazão de pico. Vazão máxima de pico de 8 m³. Se tem, por exemplo, duas
67 vezes mais a vazão de pico, por que não há essa responsabilidade?” Thiago
68 Figueiredo Santana, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos
69 Hídricos/IGAM: “Nós não nos responsabilizamos porque o mundo é dinâmico.
70 Um dos grandes problemas hoje que afetam grandes inundações se chama
71 coleta de lixo. Discutimos isso muito no CBH do Rio das Velhas. Há vários
72 problemas em que os problemas de inundação ocorrem em regiões onde a
73 coleta de lixo é precária. Não é a estrutura que é ruim ou mal dimensionada, há
74 um problema de entorno ali, em que ocorrem vários problemas. Como em
75 Ribeirão das Neves, estávamos discutindo uma canalização, e o problema era
76 esse. Mesmo passando o dobro, tendo a capacidade de suporte do dobro, nós
77 não somos responsáveis.” Conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo: “Esses
78 dados foram apresentados por quem?” Thiago Figueiredo Santana, gerente de
79 Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Hídricos/IGAM: “Por engenheiro com

80 responsabilidade técnica junto ao Crea. Isso é de escolha da empresa. Se é da
81 empresa ou um terceiro, a responsabilidade da escolha cabe a ela. Mas a
82 responsabilidade civil e criminal cabe a outros entes apurarem, na ocorrência de
83 um evento.” Conselheira Patrícia Generoso Thomaz Guerra: “Eu acho que foi
84 muito feliz o seu pedido, porque foi exatamente isso que eu queria trazer. A
85 análise técnica. Embora reconheça que a responsabilidade técnica é do
86 empreendedor – você trouxe aqui, inclusive, a questão de as informações serem
87 prestadas pelo empreendedor –, nós estamos diante de uma impossibilidade de
88 aferir qualquer dúvida e qualquer questão. Isso, para mim, é decisivo,
89 principalmente porque me chamou a atenção uma palavra nas considerações
90 finais do parecer. ‘Considerando como satisfatórios os estudos apresentados
91 pelo empreendedor, para efeito de uma comparação e compreensão dos
92 estudos apresentados, a equipe técnica realizou um estudo resumido para
93 identificar a vazão de pico do projeto’. Então eu fiquei sem entender o que
94 significa isso de estudo ‘resumido’. E junto com isso que é padrão de o
95 empreendedor falar que a responsabilidade técnica é da empresa. E com isso
96 também o pedido do CBH Velhas de ter a possibilidade de esclarecimento com
97 o empreendedor. Então essas considerações que eu queria trazer e solicitando
98 que isso contasse da ata.” Thiago Figueiredo Santana, gerente de Pesquisa e
99 Desenvolvimento de Recursos Hídricos/IGAM: “Eu posso até falar que a palavra
100 ‘resumido’ está até infeliz, porque todo o estudo hidrológico, até para uma bacia
101 muito pequena, de menos de 1 km², foi realizado. E, por serem informações
102 prestadas pelo empreendedor, eu não compreendo a discussão, porque todos
103 os processos de regularização ambiental e outorgas são de informações
104 prestadas pelo empreendedor. O projeto de dimensionamento básico.” **4)**
105 **ASSUNTOS GERAIS.** O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira
106 recomendou que sejam marcadas reuniões da CTIG apenas quando houver, no
107 mínimo, quatro processos em pauta, com o objetivo de serem otimizados os
108 trabalhos. A presidente Irary Maria de Lourdes Braga afirmou que a
109 consideração do conselheiro será avaliada, mas ponderou em relação à longa
110 espera do empreendedor para ter seus processos pautados após todos os
111 trâmites necessários. O conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro considerou que a
112 pauta desta sessão poderia ter sido agregada à pauta da reunião da próxima
113 terça-feira. A presidente Irary Maria de Lourdes Braga informou que solicitou o
114 cancelamento desta reunião e que se marcasse para a próxima terça-feira, mas
115 foi informada pela Secretaria Executiva de que alguns conselheiros já estavam
116 com passagens compradas. O conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro propôs
117 que a Câmara passe a ter pautas mais propositivas e apresentou sugestões.
118 “Nós estamos tratando de instrumentos de gestão e deveríamos colocar à mesa
119 e criar uma pauta de discussão, questionar as normas vigentes, inclusive, tentar
120 melhorar todo esse processo. O papel da Câmara é não apenas apoiar o
121 Plenário do Conselho, mas, de acordo com o regimento da CTIG, ela tem que
122 cuidar desses instrumentos e propor. Nós temos muitos problemas e temos

123 pautas cheias só com problemas que temos na região do Triângulo Mineiro. Eu
124 sugiro a questão de posto tubular profundo quanto a vazão para irrigação em
125 pivô central, que está tendo problemas na região do Triangulo Mineiro.” O
126 conselheiro Odorico Pereira de Araújo ponderou que “as últimas outorgas que
127 chegaram à CTIG derivam de problemas estruturais dos Comitês de Bacias”,
128 que não fizeram as deliberações de outorga de sua competência, que tiveram
129 que ser remetidas a esta Câmara. Sugeriu, nesse sentido, um alinhamento do
130 IGAM com os Comitês no sentido de orientação dos procedimentos.
131 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu queria só lamentar o
132 desligamento da Fátima, do IGAM. Me parece que já é uma situação
133 consolidada. A Faemg entende que ela estava fazendo um belíssimo trabalho,
134 e, qualquer que tenha sido o motivo, nós lamentamos a saída dela.” Thiago
135 Figueiredo Santana, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos
136 Hídricos/IGAM comunicou que o Estado está trabalhando no sentido de
137 viabilizar o cadastro de empresas perfuradoras de postos subterrâneos,
138 conforme estabelecido no decreto que regulamenta a Política Estadual de
139 Recursos Hídricos. “Nós estamos caminhando para ter um controle efetivo em
140 cima disso. Além de monitoramento, posto de baixa vazão, foi aprovada a DN
141 de áreas de restrição, e essa DN vai atuar nesse sentido, estabelecer as áreas
142 de superexploração, estabelecer regime de bombeamento, estabelecer
143 monitoramento. Cabe agora o acompanhamento da efetivação da DN.”
144 Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Eu queria complementar e ser mais
145 rigoroso ainda, para se fazer registro da perfuratriz como se faz com
146 motosserra, na polícia ou qualquer coisa do gênero, porque a perfuratriz é uma
147 arma contra a água subterrânea, não é a favor. Um poço sem critério, além de
148 exaurir, de uma maneira indevida, o aquífero, está contaminando, é uma porta
149 para contaminação. Então essa questão é muito mais séria do que se imagina.”
150 Conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo: “Nesta semana, teve o seminário na
151 CTPLAN, justamente discutindo essa questão dessas restrições. E uma coisa
152 que me chamou muito atenção foi uma palavra do professor Bruschi na parte de
153 água subterrânea, em que ele destaca três níveis: a água sob pressão
154 atmosférica; uma água intermediária, confinada; e outra mais baixa. E mostra a
155 questão do tempo de recuperação. A água mais profunda demora cem anos
156 para recuperar. Então imaginem onde nós estamos. Quando estamos discutindo
157 a questão de restrição, nós estamos pensando no futuro, na sustentabilidade de
158 gerações futuras.” Conselheiro Leonardo Guimarães Ribeiro: “Eu considero que
159 o Giacomini foi extremamente feliz em dizer que deveríamos ter uma pauta mais
160 propositiva, o que eu acho que sempre buscamos em relação ao IGAM.
161 Inclusive, o GT de Recursos Hídricos da Fiemg fez uma carta ao governador
162 solicitando o fortalecimento do IGAM, e um dos pleitos que consideramos que
163 vai dar mais força para a gestão da água é a informação. Sempre buscamos e
164 solicitamos um sistema informatizado, que coloque as informações de outorga
165 de forma dinâmica, um monitoramento dinâmico. A transparência de informação

166 vai permitir gestão, reduzir conflito e colocar realmente o que está acontecendo,
167 inclusive para evitar o embate com o empreendedor. Então essa pauta deveria
168 ser colocada também, o que o IGAM busca fazer para um sistema de
169 monitoramento avançado, com georreferenciamento, com informação
170 atualizada, o que, inclusive, foi uma demanda do PUA, que tivesse um sistema
171 informatizado. Essa pauta é mais importante para começarmos a visualizar uma
172 gestão. Caso não tenha, talvez a CTIG buscar um pleito para que gere esse
173 instrumento para o Estado.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Eu
174 quero sugerir que vocês coloquem isso no e-mail, para submetermos ao IGAM,
175 e que o IGAM transforme em uma pauta. Esse pleito de sistema de dados para
176 a gestão, desde 2009, estamos escutando isso e estamos pleiteando isso. Eu
177 sei que estão fazendo alguma coisa, então que mostrem o que tem sido feito.”
178 Conselheiro Carlos Alberto de Freitas: “Essa quantidade de perfuração de
179 poços, indiscriminadamente, realmente é prejudicial para a água subterrânea.
180 Na Abas, nós temos batalhado muito em cima disso, e eu acho que tudo passa
181 pela legalidade. Realmente, há uma falta de critério que vai trazer sérios
182 problemas. Agora, cada caso é um caso, cada aquífero é um aquífero diferente.
183 E se você está estranhando cem anos, tem águas muito mais profundas, que
184 levam séculos para retornar à superfície, para retornar o ciclo hidrológico.”
185 Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Dentro desse contexto que estamos
186 discutindo, nós estamos avançando um pouco dentro da bacia do rio das
187 Velhas. Nós assinamos um termo de parceria dentro do programa ‘Revitalize
188 Rio das Velhas’. Não podemos ficar só esperando o órgão do Estado resolver
189 nossos problemas, nós temos que correr atrás deles. Diante disso, contratamos
190 uma empresa para que fizesse levantamento dos maiores contribuintes da
191 qualidade da água do rio das Velhas, e vamos apresentar para a diretoria e para
192 a AGB Peixe Vivo. E aquelas empresas que estejam acima do permitido pela
193 legislação nós vamos chamar para conversar e pedir para fazer um trabalho. E
194 dar um prazo para que venham se adequar. O objetivo nosso é procurar
195 melhorar a qualidade e a quantidade da água. Nós temos que passar a usar as
196 universidades, fundos de investimentos, que não usamos. Temos que começar
197 a pensar dessa forma. Temos que sair dessa retórica. A sociedade civil tem o
198 seu papel, que eu acho que é importantíssimo, como os usuários e o Estado
199 também têm seu papel. Nós temos que sentar à mesa e ver o que vamos fazer
200 para resolver os nossos problemas.” **5) ENCERRAMENTO**. Não havendo outros
201 assuntos a serem tratados, a presidente Irany Maria de Lourdes Braga declarou
202 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Irany Maria de Lourdes Braga
Presidente da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão